



mpo

Dialogico

REVISTA DO MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO

ANO XIII - Nº 48 - 2016

VALOR HUMANO DA EDUCAÇÃO

**Abrindo Caminhos:
País precisa mudar a
gestão do ensino**

Pág. 30

**Tribuna Livre: MP Como
3º interessado em casos
de bullying**

Pág. 24

**Magda Becker
Soares: Educação
mais humana**

Pág. 06

ASSISTA OUÇA ACOMPANHE

O MPD no Programa Gente Que Fala

Participe ao vivo, todas as quintas, das 12h às 13h.
Por telefone: (11) 5052-6622,
ou WhatsApp: (11) 97401-2235.



O Movimento do Ministério Público Democrático produz as edições de quinta-feira do Programa Gente que Fala e elabora as pautas para debater os temas de relevância social e promover a cidadania. Além dos integrantes da associação, o MPD também convida nomes importantes do Direito, bem como especialistas de outras áreas econômicas e sociais para discorrerem sobre os assuntos elencados, responderem as dúvidas dos ouvintes e comentarem as principais notícias da semana. Sempre ao vivo, o Gente do MPD que Fala é apresentado pelo jornalista Zancopé Simões e transmitido simultaneamente pelas rádios Trianon (São Paulo - AM 740) e Universal (Santos/SP AM 810) e via Internet pela AllTV.


Rádio Trianon
AM 740
Ouça on-line pela Rádio Trianon
<http://new.radiotrianon.com.br>


Assista on-line pela AllTV
<http://alltv.com.br>


Veja os programas anteriores
<http://gentequefala.com.br> | www.mpd.org.br


MOVIMENTO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
DEMOCRÁTICO

Apoio


Itaú

CARTA AO LEITOR

Com atenção ao aumento dos casos de intolerância, violência moral e física na sociedade brasileira, o Conselho Editorial da Revista MPD Dialógico buscou uma reflexão sobre as possíveis causas do problema. Entre as prováveis razões estão as falhas educacionais como responsáveis na deformação de valores éticos e morais de crianças e adolescentes, portanto, dos cidadãos. Isto porque a forma pela qual se nota a relegação de gerações inteiras de brasileiros a uma educação de segundo nível, num ambiente de clara violação permanente de direitos, indicaria porque o país de depara com a constante queda de valores sociais.

A partir disto, esta edição aborda como tema central o valor humano da educação e visa discutir possíveis caminhos educacionais para que cidadãos mais tolerantes, com maior consciência crítica do mundo, bem como estimulados para a cultura de paz e cidadania participativa, sejam formados. Ao longo das próximas páginas, você leitor terá acesso às concepções de especialistas da Pedagogia, Psicologia e do Direito, os quais expõem como a humanização do processo educacional favorece a construção de significados aos jovens. Como consequência, tais propostas influenciam positivamente nas relações que manterão em ambiente familiar e social.

Na entrevista que abre este número, Magda Becker Soares, uma das mais respeitadas educadoras do país, defende os pilares para uma educação mais humanizada. A pedagoga compreende que os modelos educacionais devem respeitar a individualidade de cada aluno e permitir que as discriminações sociais e econômicas sejam efetivamente superadas. A estudiosa ressalta ainda que cabe à gestão escolar e de ensino inspirar o valor da educação como forma de atribuir plena humanização aos educandos.

É inegável que assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à educação é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda mais incontestável que nenhum menor deveria ser alvo de violência, crueldade, opressão ao protestar por um direito tão fundamental quanto a educação. Educação esta que tanto pais ou responsáveis quanto escolas, respeitadas suas devidas esferas, têm responsabilidades a cumprir diante da educação dos jovens.

Até porque pode-se pensar a educação como o conjunto de aprendizados adquiridos por uma criança dentro do lar, os quais adquirem parâmetros diversificados na escola e, por fim, conquista especificidades para a convivência em sociedade. Por meio do conteúdo aqui disponível, a MPD Dialógico espera contribuir para que a educação brasileira seja remodelada para um sistema de ensino cumpra o seu verdadeiro papel, o de formar cidadãos participativos e críticos os quais desejem viver numa sociedade mais tolerante, igualitária, justa e pacífica.

Boa leitura!!!

Dialógico

REVISTA DO MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO

REVISTA MPD DIALÓGICO – ANO XIII, N.48 JUNHO 2016.

TIRAGEM: 3.500 EXEMPLARES

DISTRIBUÍDA GRATUITAMENTE

MOVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO

Rua Riachuelo, 217 – 5º andar
CEP 01007-000
Tel./fax: (11) 3241-4313
www.mpd.org.br
mpd@mpd.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Martins Matias
Antonio Visconti
Charles Hamilton dos Santos Lima
Claudionor Mendonça dos Santos
Fabiana Dal'Mas Rocha Paes
Irene Moreno Vasconcellos
Laila Said Abdel Qader Shukair
Luciana Vieira Dallaqua Vinci
Márcio Soares Berclaz
Pedro Eduardo de Camargo Elias
Plínio Antonio Britto Gentil
Renato Kim Barbosa
Ricardo Prado Pires de Campos
Roberto Livianu
Tiago de Toledo Rodrigues
Valderez Deusdedit Abbud
Ubiratan Cazetta

DIRETORIA

PRESIDENTE: Laila Said Abdel Qader Shukair
1º VICE-PRESIDENTE: Charles Hamilton dos Santos Lima
2º VICE-PRESIDENTE: Ricardo Prado Pires de Campos
1ª TESOUREIRA: Irene Moreno Vasconcellos
2ª TESOUREIRA: Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira
1ª SECRETÁRIO: Ubiratan Cazetta
2ª SECRETÁRIA: Renato Kim Barbosa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Cleinaldo Simões

EDIÇÃO: Cleinaldo Simões – MTB: 15.3000-SP
ASSISTENTES DE EDIÇÃO: Paulo Henrique Ferreira
PROJETO GRÁFICO: Flag Comunicação
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Agência Toro
REVISÃO: Cleinaldo Simões Assessoria de Comunicação
ILUSTRAÇÕES: José Luiz Ohi
CTP, IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Copbem Gráfica e Editora

IMPRESSO EM JULHO DE 2016

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

Militarização da escola pública: educação x disciplina militar

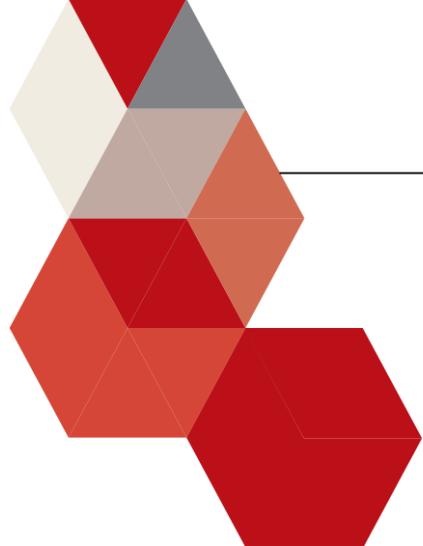


Imagem: Shutterstock

Na contemporaneidade uma novidade adentrou os muros da escola. Trata-se da intervenção militar nas escolas públicas ocorrida em Goiás e Amazonas. Na militarização, como está sendo chamada a parceria entre Secretarias da Educação e Secretarias de Segurança, a administração das escolas é coordenada pela Polícia Militar que implanta princípios básicos militares como “hierarquia e disciplina”; que visa diminuir a violência contra os alunos e professores.

Não é a primeira vez na História da Educação de nosso país que a intervenção militar ocorre na escola pública com objetivos análogos. É possível conferir na coleção de Leis Imperiais e seus anais que no início do século XIX, D. Pedro I promulga a Lei para a instrução tendo a educação entre as ações realizadas pelo Império para “conter” a violência provocada pela população de homens livres, a margem da sociedade, sobreviventes da escravidão, que apresentavam ameaças e necessitavam de controle.

Apoiando-se ao método lancasteriano, que entre seus princípios prezava pela disciplina, ordem, e como ferramenta de repressão fazia uso da violência para controlar os corpos tendo os soldados como os primeiros professores. No século XXI eles, os soldados, amparados por essas parcerias, entram nas escolas, agora não mais como professores, mas enquanto gestores e responsáveis pela disciplina dos alunos. E sob a responsabilidade dos militares os estudantes são obrigados a cumprir as regras da cartilha militar, que assume o caráter de banir da escola comportamentos inadequados.

Foto: Edilson Rodrigues - Agência Senado



Essas regras apresentam-se autoritárias na medida em que proíbem meninos e meninas de escolherem o próprio visual como o tom do esmalte de cor chamativa, o uso de batom, as gírias que são a identidade de uma faixa etária que abrange os alunos dessas escolas; o corte de cabelo ou da roupa a ser vestida, pois nessa doutrina há a obrigatoriedade do uso da farda. Além disso, o tão afetivo bom dia é trocado pela saudação e contingência militar. Essas ações indicam que além da violência, as microviolências, dificuldades nas relações interpessoais (indisciplinas, incivildades e transgressões) estão também entre os objetivos dessa intervenção nas escolas.

Ao implantar esse modelo disciplinar não se permite que a diversidade, a pluralidade de ideias e as resoluções de conflitos que fazem parte do desenvolvimento humano possam contribuir com a finalidade da escola, que consiste na construção da autonomia intelectual, da cidadania. Pois, na disciplina militar o problema da violência e das microviolências são resolvidos de modo paliativo, já que força o cumprimento de regras e normas autoritárias, com a presença da autoridade policial. O que não permite avançar à superação do comportamento heterônomo, que precisa de interações, participação ativa do ambiente escolar, da construção das regras de conduta e de trabalho, das resoluções de conflitos de forma positiva, de espaços para o diálogo, para que esses jovens possam vivenciar um comportamento ético, a cidadania, experimentando os princípios constitucionais de uma escola democrática, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. A mídia mostra que o resultado da intervenção militar no meio escolar tem sido satisfatório, houve diminuição da violência pautada na imposição das regras militares, mas também, na imensa transformação nessas escolas em seu

aspecto físico, deixando-as limpas, organizadas, climatizadas, belas (por que não houve o investimento na transformação dos aspectos físicos antes da intervenção militar?).

É compreensível que o resultado seja satisfatório, pois dentro do caos instaurado nessas unidades a intervenção militar resgatou o princípio da autoridade, da importância

“Ao implantar esse modelo disciplinar não se permite que a diversidade, a pluralidade de ideias e as resoluções de conflitos que fazem parte do desenvolvimento humano possam contribuir com a finalidade da escola”

da rotina, responsabilidade, disciplina. Ações necessárias para que esses meninos e meninas tenham sucesso na construção do conhecimento, mas ao utilizar a repressão para que as regras e normas sejam cumpridas, não se permite que esses garotos compreendam os princípios éticos que as regem e a importância de participar ativamente do cotidiano escolar e construir a autodisciplina que ocorre nas relações interpessoais.

A autodisciplina e a organização são importantes, porém não na base da repressão. O que colabora com a resolução do problema, mas pelo medo e no reforço de fazer o certo na

presença da autoridade, nesse caso os militares, policiais armados dentro das escolas. O que obriga os estudantes à obediência por medo da punição. Mostrando, ainda, que a escola escancara sua incapacidade de resolver os problemas da violência, das microviolências.

A intervenção militar no século XXI apresenta aspectos diferentes da ocorrida no início do século XIX, mas baseada nos mesmos princípios ao utilizar da repressão para conter a violência e as microviolências, controlar os estudantes sem permitir com que esses meninos e meninas vivenciem um ambiente que oportunize situações para pensar e discutir o problema. E que juntos, no debate, reflitam sobre uma alternativa para sua resolução. Tendo garantido uma escola bem cuidada, com profissionais com conhecimento para atender as dificuldades surgidas. E a escola tomando para si uma responsabilidade que é sua, sem terceirizar suas dificuldades a judicialização da educação.

ARCHANGELO, Rosemeire Marques Ribeiro. Sanção expiatória versus sanção por reciprocidade: estudo exploratório em dez classes de Educação Infantil. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro - Sp.

Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo.

Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação pela UNESP campus de Rio Claro - SP. Profª Coordenadora da E.M. Benjamim Ferreira na Prefeitura Municipal de Rio Claro. Membro do GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral da UNESP - RC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: vida cooperativa, sanção/indisciplina/violência escolar, desenvolvimento moral e desenvolvimento infantil.